



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015  
RELATÓRIO**

**6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO**

**Juiz Federal Titular: Dr. Manoel Rolim Campbell Penna**

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 03 a 07 de agosto de 2015, a correição ordinária virtual da 06ª Vara Federal de Execução Fiscal/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências.
3. Cadastrar as atas de audiências realizadas no Sistema Apolo.
4. Dar o devido andamento aos processos conclusos com prazo vencido, observando-se o expressivo número de processos em tais situações.
5. Dar o devido andamento aos processos sem movimentação.
6. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça.
7. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
8. Verificar os processos suspensos, observando se há ordem de suspensão, bem como se o motivo foi cadastrado corretamente.
9. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça.
10. Observar a correta classificação no corpo das sentenças.
11. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

12. Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando das apreensões/acautelamentos de bens.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

De acordo com a Portaria PR-RJ n.º 822, de 06/07/2015, a Procuradora da República Dra. Roberta Trajano S. Peixoto foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos:

. Titular: **Dr. Manoel Rolim Campbell Penna**, em exercício da titularidade desde 13/11/2009.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Substituto: Não se aplica.

### → ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 13

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

### → ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	maio/2014	Correição Ago/2015
Total	19.342	19.080
Suspensos	9.501	13.436
Aguardando julgamento recurso	197	200
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>9.644</b>	<b>5.444</b>

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto de 2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 até 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	10.640	44,05	29
Decisão	11.958	49,51	23
Sentença	1.555	6,44	59
<b>Total Geral</b>	<b>24.153</b>	<b>100,00</b>	<b>28</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 03/08/15.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

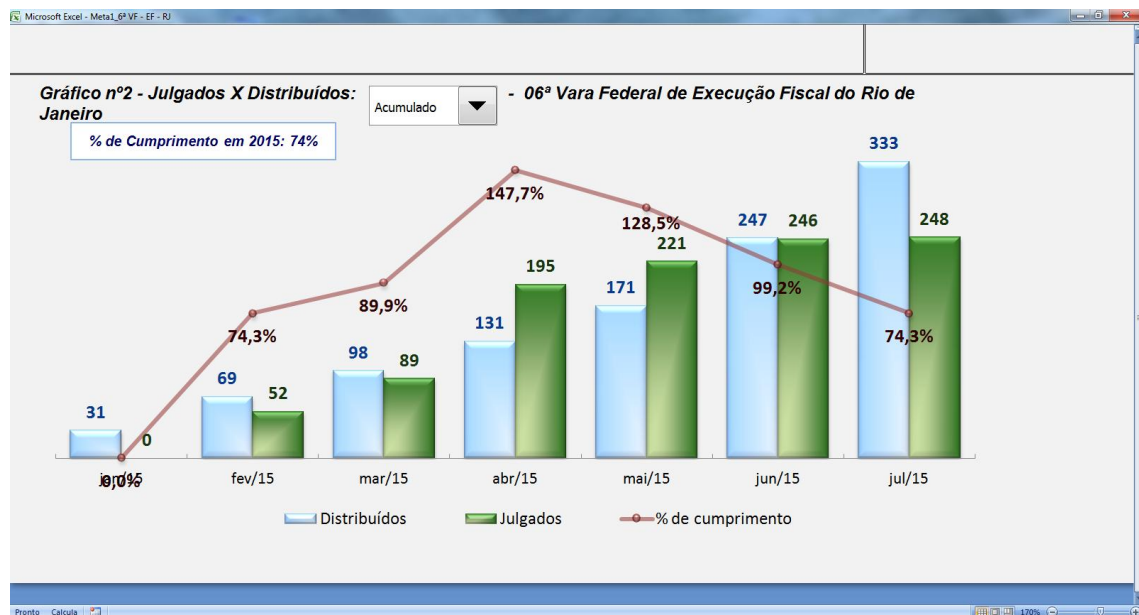
→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 03/08/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 74%**, como ilustra o gráfico a seguir:



**II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos**

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Situação: Constan 03 processos pendentes de julgamento:

➔ **Autuados até 2010:** 02 processos:

Sem movimentação há menos de 100 dias: 02

- 05307423020104025101 – Trata-se de embargos à execução fiscal distribuída por dependência em 10/08/2010. Impugnação em 23/11/2010. Sentença convertida em diligência em 05/10/2011, sendo determinada a suspensão do feito até decisão na ação ordinária nº 2007.51.01.025299-3. Novas suspensões determinadas em 25/11/2013, 01/04/2014 e 21/08/2014. Sentença convertida em diligência em 09/04/2015, sendo determinada a suspensão do feito até decisão nas ações ordinárias nºs 2007.51.01.025299-3 e 2010.51.01.006987-5.
- 05059909120104025101 - Trata-se de embargos à execução fiscal distribuída por dependência em 31/07/2015. Deferida prova pericial em 15/10/2010. Laudo pericial apresentado em 20/03/2013. Conclusão para sentença convertida em diligência em 05/08/2014, determinando à Fazenda a apresentação de informações. Suspensão do processo determinada em 19/02/2015. Imposição de multa diária à Fazenda em 19/06/2015, até que apresente as informações requeridas. Concluso para decisão desde 23/07/2015, sem minuta no Apolo.

➔ **Autuados em 2009:** 01 processo

Sem movimentação há menos de 100 dias: 01

- 00040490320094025101 – Trata-se de ação anulatória, protocolada em 16/02/2009. Deferida a produção de prova pericial em 09/09/2009. Substituição do perito em 31/01/2011, 08/06/2011, 18/01/2013. Declínio de competência em 19/11/2013, sendo redistribuído o feito por dependência ao processo nº 050154-78.2009.4.02.51.01. Laudo pericial apresentado em 21/05/2015. Último despacho em 11/06/2015, dilatando a vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/08/2015 e consultas ao Apolo, **posição até julho/2015.**

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

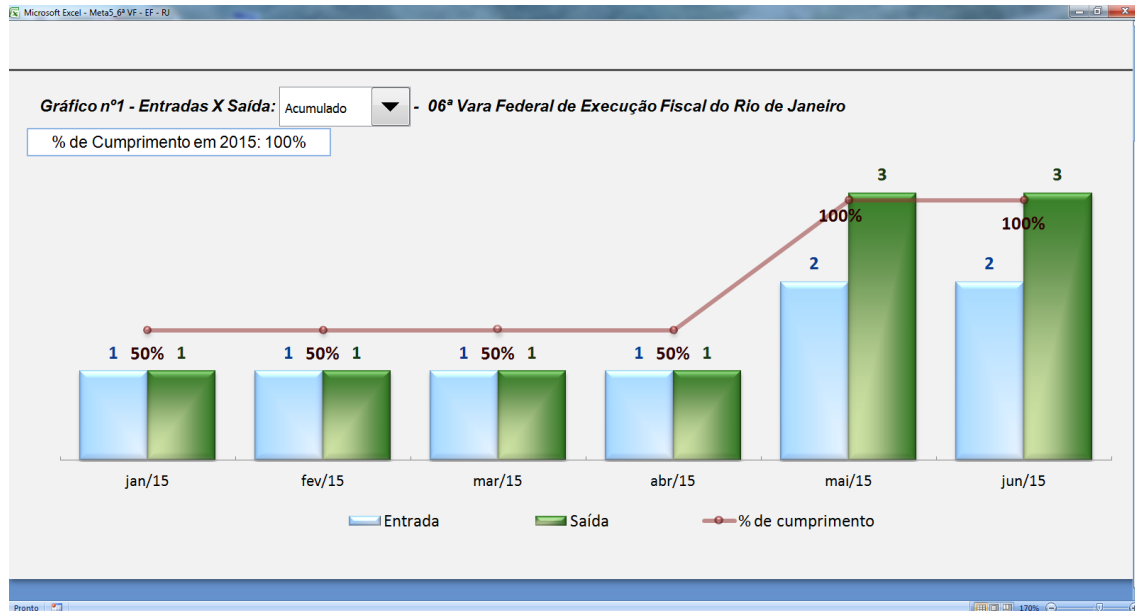
Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

**VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:**

**A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

**B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.**

Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ AUDIÊNCIAS (DE AGOSTO/2014 A AGOSTO/2015)**  
(Art. 35, I, CNCR)

Segundo informações retiradas do Sistema Processual Apolo, não foram designadas audiência no período. Contudo, consta no questionário pré-correição que foi realizada uma audiência, no processo nº 2013.51.01.025547-7, o que se encontra baixado desde 12/06/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências. Fonte: Questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)**

**1. INICIAIS**

**(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

- a. De acordo com o que foi informado no questionário pré-correição, pela vara correicionada, não há iniciais pendentes de análise, referente ao mês anterior. Foi informado, ainda, que a mesa de análise das iniciais é o Balcão de entrada.

Fonte: Questionário pré-correição. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

**2. BALCÃO DE ENTRADA**

- a. Documentos: 03
- b. Sendo o mais antigo de 31/07/2015.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/08/2015, às 17:17h.

**3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO**

**(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

- a. De acordo com o que foi informado no questionário pré-correição, pela vara correicionada, há análise diária no balcão de entrada a fim de movimentar as iniciais, bem como possível prevenção.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO**  
(Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 59
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 262
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 14

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/07/2015.**

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
(Arts. 228 da CNCR)

**5.1. EXECUÇÃO FISCAL:**

**Total: 109**

. Entre 121 e 180 dias: 89

. Há mais de 180 dias: 20

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/07/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 03/08/2015, 12 documentos, sendo os mais antigos, 05 documentos, de julho/2015.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, “*Em 26/06/2015, havia 12 petições pendentes de juntada, a mais antiga protocolizada em 24/06/2015. Atualmente, as novas petições protocolizadas, fisicamente e via web, são juntadas aos autos, em média, em até 24 (vinte e quatro) horas, sendo despachadas, também em média, em 15 dias.*”

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 03/08/2015, e Relatório de Inspeção Anual, item 2.3, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10128, de 13/07/2015, realizada no período de 22/06/2015 a 26/06/2015.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem, dentre outros, os seguintes locais de controle de prazo:

- Ag. Devolução de Carta Precatória: Existem 63 documentos, sendo o mais antigo de 11/03/15.
- AG. Devolução de Mandado: Existem 470 documentos, sendo o mais antigo de 25/02/15.
- AG. Devolução de Mandado (Iniciais): Existem 179 documentos, sendo o mais antigo de 26/03/15.
- Ag. Publicar – com Boletim: Existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 31/07/15.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Ag. Resposta de Ofício: Existem 139 documentos, sendo o mais antigo de 04/03/15.
- Ag. Trânsito em julgado: Existem 51 documentos, sendo o mais antigo de 08/07/15.
- Prazo DPU: Existem 108 documentos, sendo o mais antigo de 20/06/15.
- Prazo Edital: Existem 314 documentos, sendo o mais antigo de 19/06/15.
- Prazo Exequente/Embargado: Existem 214 documentos, sendo o mais antigo de 04/03/15.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 04/08/2015, às 17:42h.

## **8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Foram verificados, dentre outros, os seguintes locais:

- Expedir Carta de Citação AR: Existem 06 documentos, sendo o mais antigo de 22/06/15.
- Expedir Carta Precatória: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 03/07/2015.
- Expedir Edital: Existem 192 documentos, sendo o mais antigo de 16/06/2015.
- Expedir Carta de Citação AR: Existem 06 documentos, sendo o mais antigo de 22/06/15.
- Expedir Carta de Intimação: Existem 41 documentos, sendo o mais antigo de 06/07/2015.
- Expedir Mandado de Intimação: Existem 41 documentos, sendo o mais antigo de 06/07/15.
- Expedir Ofício: Existem 177 documentos, sendo o mais antigo de 13/05/15.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Expedir RPV: Existem 12 documentos, sendo o mais antigo de 21/07/15.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/08/15, às 17:54h.

## 9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

- a. Total em 03/08/2015: 323
  - i. Segredo absoluto: 00
  - ii. Segredo do Sistema: 76
  - iii. Segredo de Peças: 247

➔ Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Segredo do Sistema:

05214820720024025101 - **Irregular** a informação no sistema Apolo, pois trata-se de segredo de peças. Mas há a ordem judicial respectiva (em 14/08/2012).

05204020320054025101 - **Irregular** a informação no sistema Apolo, pois trata-se de segredo de peças. Mas há a ordem judicial respectiva (em 11/09/2014).

00214743820124025101 - **Irregular** a informação no sistema Apolo, pois trata-se de segredo de peças. Mas há a ordem judicial respectiva (em 02/09/2013).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00289234720124025101 - **Irregular** a informação no sistema Apolo, pois trata-se de segredo de peças. Mas há a ordem judicial respectiva (em 18/06/2013).

00542083319984025101 – Irregular informação de segredo, uma vez que o despacho de 18/11/2011 determinou, em seu item 4.5, nova conclusão para manifestação acerca da necessidade de decretação de sigilo judicial.

Sigilo de peças:

00293857319904025101 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 03/07/2014).

00462428719964025101 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 11/10/2013).

00644083619974025101 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 03/07/2014).

00717540419984025101 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 03/07/2014).

05326434820014025101 – Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 09/10/2013).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 03/08/2015.**

## 10.PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	5.874
	Boletins	281
	Média (Proc. / Bol.)	20,90
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	6,90





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 03/08/15.

## **11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO**

Constam 21 processos com prazo vencido, sendo o mais antigo o processo nº 0532874-75.2001.4.02.5101, com prazo vencido há 3.067 dias.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 05/08/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 05/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS:**  
(Artigos 267 a 269 da CNCR)

**1. Número total de processos suspensos (em 03/08/2015): 13.568**

**2. Motivo Da Suspensão**

- Aguardando decisão de instância superior: 148
- Art. 20, Lei nº 10.522/02: 655
- Art. 40, §2º, LEF (Arquivamento sem baixa): 1.528
- Art. 40, *caput*, LEF: 7.079
- Embargos à execução: 378
- Outros – Fase de conhecimento: 44
- Outros – Fase/processo de execução: 906
- Parcelamento: 2.820
- Provimento 61/2009 (Execução Fiscal): 10
- Vazias: 00

**3. Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

**EXECUÇÃO FISCAL:**

a) Aguardando decisão de instância superior:

00437676119964025101 - Processo autuado em 22/05/1996. Ordem de baixa registrado no sistema em 0107/2000. Encontra-se no TRF da 2ª Região, apensado aos embargos à execução nº 96.65577-4, desde 01/10/2009.

00285439319904025101 – Autuado em 08/06/1990. Foi dada vista ao exequente em 09/02/1996. Suspenso desde 02/05/2003. **Não foi possível localizar ordem de suspensão.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05049132820024025101 – Autuado em 07/03/2002. Sentença, em 16/07/2007, declarando o extinto o processo, sem julgamento do mérito. Suspenso desde 19/08/2009. **Não foi possível localizar ordem de suspensão.**

05089162120054025101 - Autuado em 09/09/2005. Último despacho publicado em 29/10/2007, determinando a expedição de ofício à CEF. Suspenso desde 29/07/2011. **Não foi possível localizar ordem de suspensão.**

05129666120034025101 - Autuado em 15/08/2003. Suspenso desde 02/05/2012, aguardando o trânsito em julgado dos embargos à execução nº 2005.5101.500027-4. Ordem de suspensão registrada no sistema em 03/08/2011.

b) Art. 20, Lei nº 10.522/02:

05118949220104025101 - Processo autuado em 09/09/2010. Ordem de suspensão com registro no sistema em 14/05/2015.

05229188320114025101 - Processo autuado em 15/12/2011. Ordem de suspensão com registro no sistema em 15/01/2014.

05129812020094025101 - Processo autuado em 14/10/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 07/11/2013.

05052134820064025101 - Processo autuado em 27/03/2006. Ordem de suspensão com registro no sistema em 07/11/2013.

05250739320104025101 - Processo autuado em 20/12/2010. Ordem de suspensão com registro no sistema em 13/05/2014.

c) Art. 40, §2º, LEF (Arquivamento sem baixa):

05083243520094025101 - Processo autuado em 23/07/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 07/03/2013. **S.m.j., trata-se de situação de pequeno valor, pelo que deve ser alterado o motivo da suspensão.**

05217686720114025101 - Processo autuado em 22/12/2011. Ordem de suspensão com registro no sistema em 12/02/2014. **S.m.j., trata-se de situação de pequeno valor, pelo que deve ser alterado o motivo da suspensão.**

05069257320064025101 - Processo autuado em 08/04/2006. Ordem de suspensão com registro no sistema em 27/06/2014

05111518220104025101 – Processo autuado em 23/07/2010. Ordem de suspensão com registro no sistema em 09/05/2013. **S.m.j., trata-se de situação de pequeno valor, pelo que deve ser alterado o motivo da suspensão.**

05265757220074025101 - Processo autuado em 24/10/2007. Ordem de suspensão com registro no sistema em 05/09/2014. **S.m.j., trata-se de situação de pequeno valor, pelo que deve ser alterado o motivo da suspensão.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

d) Art. 40, *caput*, LEF:

- 05284304720114025101 - Processo autuado em 22/12/2011. Ordem de suspensão publicada em 31/07/2012.
- 05006771820114025101 - Processo autuado em 28/01/2011. Ordem de suspensão com registro no sistema em 18/08/2014.
- 05092978720094025101 - Processo autuado em 26/08/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 18/08/2014.
- 05031828420084025101 - Processo autuado em 30/04/2008. Ordem de suspensão com registro no sistema em 03/04/2014.
- 05040948620054025101 - Processo autuado em 10/12/2005. Ordem de suspensão com registro no sistema em 25/03/2014.

e) Embargos à execução:

- 05050413820084025101 - Processo autuado em 26/06/2008. Ordem de suspensão com registro no sistema em 19/08/2013.
- 05081875820064025101 - Processo autuado em 01/04/2006. Ordem de suspensão com registro no sistema em 06/11/2014.
- 05013660420074025101 - Processo autuado em 15/03/2007. Ordem de suspensão com registro no sistema em 13/11/2014.
- 05021942920094025101 - Processo autuado em 05/03/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 19/11/2014.
- 05050388320084025101 - Processo autuado em 26/06/2008. Ordem de suspensão com registro no sistema em 19/12/2014.

f) Outros – Fase de conhecimento:

- 00219995420114025101 - Processo autuado em 27/02/2012. Ordem de suspensão, com registro no sistema em 08/04/2015, aguardando solução definitiva na Ação anulatória em apenso.
- 01188976120134025101 - Processo autuado em 02/09/2013. Ordem de suspensão com registro no sistema em 30/04/2015, aguardando solução definitiva na Ação anulatória em apenso.
- 05336105420054025101 - Processo autuado em 11/03/2006. Ordem de suspensão publicada em 22/05/2015, aguardando solução definitiva na Ação anulatória em apenso.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05404216420044025101 - Processo autuado em 02/08/2005. Ordem de suspensão com registro no sistema em 05/05/2015. **S.m.j., deve ser corretamente apontado o motivo da suspensão.**

05397019720044025101 - Processo autuado em 25/01/2005. Ordem de suspensão com registro no sistema em 27/06/2013, reiterado em 24/03/2015.

g) Outros – Fase/processo de execução:

05071116220074025101 - Processo autuado em 17/05/2007. Ordem de suspensão com registro no sistema em 11/11/2014. **S.m.j., trata-se de situação de pequeno valor, pelo que deve ser alterado o motivo da suspensão.**

00107723320124025101 - Processo autuado em 18/01/2012. Ordem de suspensão com registro no sistema em 03/06/2013.

00391413720124025101 - Processo autuado em 04/10/2012. Ordem de suspensão com registro no sistema em 25/09/2013.

05023704720054025101 - Processo autuado em 20/04/2005. Ordem de suspensão com registro no sistema em 26/02/2014.

05014694020094025101 - Processo autuado em 30/01/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 04/12/2013.

h) Parcelamento:

05276724420064025101 - Processo autuado em 08/11/2006. Ordem de suspensão com registro no sistema em 15/08/2012, reiterado em 29/05/14.

05074980920094025101 - Processo autuado em 06/07/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 19/12/2014.

05181042820114025101 - Processo autuado em 19/07/2011. Ordem de suspensão com registro no sistema em 19/12/2014.

05211289820104025101 - Processo autuado em 20/12/2010. Ordem de suspensão publicada em 17/12/2014.

05097144020094025101 - Processo autuado em 24/08/2009. Ordem de suspensão com registro no sistema em 12/03/2015.

i) Provimento 61/2009 (Execução Fiscal):

09869658919004025101 - Autuado em 16/07/1987. Último despacho com registro no sistema em 09/07/2010, determinando a restauração dos autos, diante do desaparecimento do processo. Ordem de suspensão na restauração dos autos nº 0530661-81.2010.4.02.5101, em apenso.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00464949519934025101 - Autuado em 06/04/1993. Último despacho com registro no sistema em 17/01/2011, determinando a restauração dos autos, diante do desaparecimento do processo. **Não foi possível localizar ordem de suspensão.**

02108350219004025101 - Autuado em 08/11/1974. Último despacho com registro no sistema em 09/07/2010, determinando a restauração dos autos, diante do desaparecimento do processo. **Não foi possível localizar ordem de suspensão.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 03/08/15 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até julho/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.555

- a. Convertidas em diligência: 100
- b. Embargos de declaração: 25
- c. Resolução de mérito:
  - i. Extinção da execução: 01
  - ii. Improcedente: 138
  - iii. Procedente: 49
  - iv. Procedente em parte: 35
  - v. Reconhecida prescrição/decadência: 186
  - vi. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 12
- d. Sem resolução de mérito: 935
  - i. Cancelamento da dívida ativa – art. 26 – Lei 6.830/80: 18
  - ii. Indeferimento da petição inicial: 31
- e. **Vazias: 25**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

(Res. 535/2006 do CJF)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

0010026-34.2013.4.02.5101  
0040718-50.2012.4.02.5101  
0508486-35.2006.4.02.5101  
0004388-20.2013.4.02.5101  
0510605-90.2011.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

0013400-29.2011.4.02.5101  
0017197-81.2009.4.02.5101  
0130767-69.2014.4.02.5101  
0521568-02.2007.4.02.5101  
0523212-24.2000.4.02.5101

**3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

0501194-91.2009.4.02.5101  
0025592-57.2012.4.02.5101  
0028708-37.2013.4.02.5101  
0595998-71.1900.4.02.5101

**3.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0021451-29.2011.4.02.5101

**4. Sentenças tipo D-1 (condenatórias):**

Não se aplica.

**5. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):**

Não se aplica.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 03/08/2015.**

**➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

Segundo informação do Questionário pré-correição, “*Os processos eletrônicos recebem identificadores próprios do sistema APOLO, por meio do qual ainda são cadastradas as prioridades como, por exemplo, no caso de ações de interesse de idosos.*”





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

Segundo informação do Questionário pré-correição, há “*observância do prazo para sentenciar previsto no artigo 2º, alínea “c”, do Provimento nº T2-PVC-2011/00005, de 17 de fevereiro de 2011, acompanhados pelo Juiz por meio de planilhas de conclusões*”.

Fonte: Questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ EXECUÇÃO  
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

			Trâmite	Suspensão	Recurso TRF-2	Total	
Processos	06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	Com Sentença	Informada	20	6	63	89
			Não Informada	112	21	578	711
			Natureza Executória	311	999	467	1777
	Total			443	1026	1108	2577

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (total de 112) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, extraído em 04/08/2015.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/08/14 a 31/07/15):  
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 28
- b. Virtuais: 88
- c. Total de requisições: 116
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 251 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 46
- . Enviados: 69



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**- Precatórios (Parcela única):**

. Cadastrados: 01

. Enviados: 00

**- Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 03/08/2015.

**→ GRANDES DÉBITOS**  
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há 219 processos referentes a grandes devedores em tramitação.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

**→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**  
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente 3.008 ordens de bloqueio cadastradas no sistema Bacenjud e 301 processos em tramitação no sistema RENAJUD.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

**→ LEILÕES**  
(Arts. 270 A 290 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram realizados 19 leilões no período de 08/2014 até 07/2015.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, existem 185 processos com bens constritos.

*“Não existem atualmente processos com bens acautelados/apreendidos sob a guarda deste M. Juízo, havendo apenas processos garantidos por meio de Cartas de Fiança e títulos congêneres, cujos originais são remetidos para ficarem acauteladas na Caixa Econômica Federal.*

*(...)*

*A Vara não mantém bens apreendidos ou acautelados em cofre na Secretaria. Aliás, nem cofre mais há na Secretaria, providenciando-se o acautelamento de valores junto à CEF, como no caso das cartas de fiança mencionadas no item 3.5.1”.*

**Total de processos com bens penhorados: 185**

Analisados, por amostragem, os seguintes processos:

**Processo: 0064928-93.1997.4.02.5101**

**Executado: CIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL**

**Data da Penhora: 11/02/2003**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Tipo do Bem:** Prédio

**Classe:** Imóveis

**Valor do Bem:** R\$ 8.500.000,00

**Local:** RUA SUL AMERICA, 950 - BANGU

**Fiel depositário:** UNIÃO FEDERAL (MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO)

**Valor do Débito:** R\$ 1.854.464,64

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MDA.0051.002746-6/20

**Quantidade de Bens diferentes:** 1

**Valor Total dos Bens:** R\$ 8.500.000,00

Determinada a expedição de mandado de penhora em 07/05/2002. Penhora realizada em 11/02/2003 e determinada a reavaliação dos bens penhorados em 16/03/2004. Designado leilão para 13/11/2006. Determinada nova reavaliação dos bens em 26/09/2006. Determinado ao exequente manifesta-se acerca do alegado pagamento da dívida, em 16/04/2013. Suspenso em 02/09/2014, sem ter sido apreciada a petição juntada em 10/03/2014. **Necessário, s.m.j., apreciar a petição citada.**

**Processo:** 0502032-68.2008.4.02.5101

**Executado:** POSTO DE LUBRICACAO MARCIAL LTDA

**Exequente:** FAZENDA NACIONAL/INSS

**Data da Penhora:** 20/02/2014

**Tipo do Bem:** Bem semovente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Classe:** Bens diversos

**Descrição:** 9.000 litros de combustível, gasolina comum.

**Valor do Bem:** R\$ 27.000,00

**Local:** RUA BULHÕES MARCIAL 815, VIGÁRIO GERAL

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 26.372,69

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MDA. 0051.000431-9/20

**Quantidade de Bens diferentes:** 1

**Valor Total dos Bens:** R\$ 27.000,00

Determinada a expedição de mandado de penhora em 08/11/2013. Penhora realizada em 20/02/2014 e determinada a reavaliação dos bens penhorados em 09/10/2014. Designado leilão para 04/08/2015. Último movimento foi juntada de petição, 04/08/2015. **Necessário, s.m.j., dar andamento ao feito.**

**Processo:** 0066789-46.1999.4.02.5101

**Executado:** IMPERIO LISAMAR S/A IND/ COM/ DE ALIMENTOS

**Exequente:** FAZENDA NACIONAL/INSS

**Data da Penhora:** 17/01/2007

**Tipo do Imóvel:** Galpão

**Classe:** Imóveis

**Valor do Bem:** Não informado

**Local:** ESTRADA DO QUITUNGO 80



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 311.004,26

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MDA. 0051.001485-8/20

**Quantidade de Bens diferentes:** Não informado

**Valor Total dos Bens:** Não informado

Determinada a expedição de mandado de penhora em 16/04/2004. Nomeado o leiloeiro oficial como depositário fiel, em 03/11/2011. Designado leilão para 05/05/2014. Ofício da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, de 03/07/2014, comunicando que o imóvel penhorado foi arrecadado e alienado nos autos do processo falimentar nº 2001.001.016825-5. Determinada a expedição de ofício para penhora nos restos dos autos do processo falimentar e a suspensão feita, em 30/01/2015.

**Processo:** 0535190-27.2002.4.02.5101

**Executado:** ALFA NET 962 SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA

**Exequente:** FAZENDA NACIONAL

**Data da Penhora:** 27/01/2004

**Tipo do Bem:** Móvel

**Classe:** Móveis e Equipamentos de Escritório/Comerciais/Industriais

**Descrição do móvel:** APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTU'S (R\$ 1.200,00); APARELHO DE AR CONDICIONADO (R\$ 2.100,00); COMPUTADOR COM 448 MB DE RAM COMPLETO (R\$ 400,00); IMPRESSORA (R\$ 200,00); MESAS EM L, COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA METALICA (R\$ 640,00); ARMARIO MADEIRA COM 2 PORTAS (R\$ 250,00); MESA EM L COM 2 GAVETAS, COR CINZA (R\$



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

280,00); CÂMERAS DE CIRCUITO INTERNO COLORIDAS (R\$ 500,00); CAMERA DE CIRCUITO INTERNO PRETO E BRANCO (R\$ 250,00); MONITOR DE CIRCUITO INTERNO (R\$ 400,00); MONITOR DE CIRCUITO INTERNO (R\$ 200,00); ARQUIVO METALICO (R\$ 150,00); APARELHO FAX (R\$ 200,00); CADEIRAS COM ESTRUTURA METALICA E ESTOFAMENTO AZUL (R\$ 350,00).

**Local:** AV. MARECHAL FLORIANO, 183/SOBRADO - CENTRO

**Valor do Débito:** R\$ 10.718,28

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MDA.0051.099150-5/20

**Fiel depositário:** FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A

**Quantidade de Bens diferentes:** 14

**Valor Total dos Bens:** R\$ 7.120,00

Intimação da penhora realizada, em 02/03/2004. Determinada a reavaliação dos bens penhorados em 08/07/2005. Autorizada a alienação dos bens em leilão público em 19/10/05. Suspensão do processo em 07/05/2010. Nova suspensão determinada em 15/05/2012, pelo prazo de cinco anos.

**Processo:** 0533402-36.2006.4.02.5101

**Executado:** C E P CENTRO EDUCACIONAL PIRAQUARA LTDA

**Exequente:** FAZENDA NACIONAL/INSS

**Data da Penhora:** 22/01/2008

**Tipo do Bem:** Bem semovente

**Classe:** Bens diversos

**Descrição:** 08 BANCADAS, 16 COMPUTADORES E OUTROS





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Valor do Bem:** Não informado

**Local:** Não informado

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 115.344,36

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MAN.0051.007416-4/20

**Quantidade de Bens diferentes:** Não informado

**Valor Total dos Bens:** Não informado

Efetivada a penhora em 22/01/2008. Conforme certidão de fls. 121/129, foram penhorados 48 itens diferentes, totalizando R\$ 91.120,00. Determinada a reavaliação dos bens em 21/09/2012. Designado leilão para 23/05/2014, suspenso pela decisão de 13/05/2014. Suspenso o processo em 22/06/2015, aguardando a exequente para prosseguimento. Conclusão de 22/07/2015, com minuta no Apolo. **Necessário, s.m.j., dar andamento ao feito.**

**Processo:** 0533420-91.2005.4.02.5101

**Executado:** CRIL COML/ DE ROLAMENTOS E AUTO PECAS LTDA

**Data da Penhora:** 03/08/2006

**Tipo do Bem:** Móvel

**Classe:** Móveis e Equipamentos de Escritório/Comerciais/Industriais

**Valor do Bem:** R\$ 27.500,00

**Local:** RUA FIGUEIRA DE MELO 393, LOJA

**Fiel depositário:** Não informado

**Descrição do móvel:** 5 ROLAMENTOS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Valor do Débito:** R\$ 21.567,31

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MAN.0051.003368-3/20

**Quantidade de Bens diferentes:** 5

**Valor Total dos Bens:** R\$ 27.500,00

Penhora realizada em 03/08/2006 e determinada a reavaliação dos bens penhorados em 12/06/2013. Designado leilão para 05/05/2014. Deferida a inclusão dos sócios no polo passivo da demanda em 23/10/2014. Certidão negativa do novo mandado de penhora, por ausência de bens, em 26/03/2014. Determinada a manifestação da exequente, em 15/04/2015. Último movimento juntada em 28/04/2015. **Necessário, s.m.j., apreciar a petição citada.**

**Processo:** 0527975-68.2000.4.02.5101

**Executado:** CONSERVADORA APOLO LTDA

**Data da Penhora:** 05/08/2009

**Tipo do Bem:** Apartamento

**Classe:** Imóveis

**Valor do Bem:** Não informado

**Local:** RUA DAS MARRECAS 40, SL 502, Janeiro/RJ

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 24.213,96

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MAN.0051.002119-9/2008

**Quantidade de Bens diferentes:** Não informado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Valor Total dos Bens:** Não informado

Penhora realizada 16/06/2009. Determinada a reavaliação em 21/06/2013. Penhora realizada em 10/09/2013. Designado leilão para 05/05/2014. Leilão negativo, conforme decisão de 30/05/2014. Concluso desde 16/06/2015, com minuta no Apolo. **Necessário, s.m.j., dar andamento ao feito.**

**Processo:** 0526669-20.2007.4.02.5101

**Executado:** MANUFATURA ZONA OESTE S/A

**Data da Penhora:** 02/06/2008

**Tipo do Bem:** Bem semovente

**Classe:** Bens diversos

**Descrição:** BRUNIDORA HIDRÁULICA, RETIFICADORA PARA SUPERFÍCIE E OUTROS

**Valor do Bem:** Não informado

**Local:** Não informado

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 7.358.041,14

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MAN.0051.001345-5/20

**Quantidade de Bens diferentes:** Não informado

**Valor Total dos Bens:** Não informado

Penhora realizada 02/06/2008. Determinada a reavaliação em 27/06/2012. Designado leilão para 05/05/2014. Leilão negativo, conforme decisão de 28/05/2014. Determinada a inclusão dos sócios no polo passivo da demanda, em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

07/08/2014. Concluído desde 22/04/2015, com minuta no Apolo. **Necessário, s.m.j., dar andamento ao feito.**

**Processo: 0526083-85.2004.4.02.5101**

**Executado: PANIFICACAO FLOR DO RIO DOURO LTDA**

**Data da Penhora: 04/07/2005**

**Tipo do Bem: Móvel**

**Classe: Móveis e Equipamentos de Escritório/Comerciais/Industriais**

**Descrição: FORNO ELETRICO COM 3 CAMERAS (R\$ 28.000,00); BATEDEIRA CAPACIDADE 20 LITROS (R\$ 3.000,00); FORNO A GAS (R\$ 5.000,00); FORNO ELETRICO COM SEIS CAMERAS (R\$ 9.000,00);**

**Local: RUA ITAPIRU, 1619 - RIO COMPRIDO**

**Fiel depositário: Não informado**

**Valor do Débito: R\$ 49.919,87**

**Vara: 06 VFEF**

**Mandado: MAN.0051.000886-3/20**

**Quantidade de Bens diferentes: 04**

**Valor Total dos Bens: R\$ 45.000,00**

Penhora realizada 04/07/2005. Designado leilão para 14/05/2007. Leilão negativo, conforme certidão de fls. 77/78. Determinada a inclusão dos sócios no polo passivo da demanda, em 03/07/2014. Suspenso desde 19/02/2015, pelo art. 40, *caput*, LEF.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Processo: 0528350-59.2006.4.02.5101**

**Executado:** ASSOCIACAO DOS SUBOFICIAIS E SARGENTOS DA MARINHA ASSM

**Data da Penhora:** 10/09/2013

**Tipo do Bem:** Prédio

**Classe:** Imóveis

**Valor do Bem:** R\$ 335.000,00

**Local:** Rua Barão de Bom Retiro 876, Lojas A e B, Engenho Novo, Rio de Janeiro/RJ

**Fiel depositário:** Não informado

**Valor do Débito:** R\$ 143.675,94

**Vara:** 06 VFEF

**Mandado:** MAN.0051.006143-6/20

**Quantidade de Bens diferentes:** Não informado

**Valor Total dos Bens:** R\$ 335.000,00

Determinada a expedição do mandado de penhora em 26/07/2012. Penhora realizada em 10/09/2013. Designado leilão para 04/08/2015. Último movimento foi juntada em 03/07/2015. **Necessário, s.m.j., dar andamento ao feito.**

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.4.2.g e 3.5; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorad/os, extraído em 03/08/15, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 04/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Não há registro de bens acautelados/apreendidos.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 03/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**  
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

**“LIVROS**

*Conforme o artigo 148 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento nº 011, de 04.04.2011), a 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - RJ mantém os seguintes Livros Obrigatórios, que foram inspecionados e achados de acordo.*

- . Livro de Ponto dos Servidores
- . Livro de Carga de Autos a Advogados e Peritos
- . Livro de Entrega de Autos – CONTADOR ( \* )
- . Livro de Entrega de Autos - SEADI (SEDJE) ( \* )
- . Livro de Carga ao Ministério Público ( \* )
- . Livro de Reclamações

*Observe-se que os livros acima marcados com asterisco ( \* ) são, na realidade, pastas compostas de folhas soltas, emitidas pelo sistema eletrônico de processamento de dados, conforme autoriza o artigo 148, § 2º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da 2ª Região.*

**PASTAS**

*Conforme o artigo 149 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento nº 011, de 04.04.2011), a 6ª Vara de Execução Fiscal - RJ mantém as seguintes Pastas Obrigatórias, outrossim inspecionadas e achadas conforme.*

- . Pasta de Mandados (TutLim)
- . Pasta de Mandados (Outros) ( \* )
- . Pasta de Ofícios (Não encaminhados por Oficial de Justiça) ( \* )



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- . *Pasta de Alvarás ( \* )*
- . *Pasta de Atas de Audiências*
- . *Pasta de Relatórios de Inspeções do Juiz*
- . *Pasta de Atos do Plantão*

*Importante sempre observar que, conquanto o artigo 149, inciso VII, da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento nº 011, de 04.04.2011) ainda arrole a “Pasta de Sentenças” dentre as obrigatórias, nesta 6ª Vara Federal de Execução Fiscal - RJ os registros em tal pasta vão apenas até 26/02/2010, pois, a partir de 01/03/2010, conforme autorizado no artigo 139, § 3º, da anterior Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento nº 01/2001), nos §§ 4º e 5º do Provimento nº 58/09-CG e regulamentado pela Portaria nº 2010/00228 deste M. Juízo, todas as sentenças desta Vara passaram a ser assinadas eletronicamente, dispensando-se a manutenção de suas cópias em pastas próprias.*

*Registre-se ainda que as pastas acima marcadas com asterisco ( \* ) foram encerradas no curso do último ano.*

*Ademais, existem mantidas pela 6ª Vara de Execução Fiscal - RJ as seguintes Pastas Facultativas, igualmente inspecionadas e, quando foi o caso, pontualmente saneadas no curso da inspeção. Outrossim, as adiante marcadas com asterisco ( \* ) foram encerradas no curso do último ano, ao passo que as marcadas com dois asteriscos ( \*\* ) foram digitalizadas.*

- . *Pasta de Autos com Advogados Públicos (exceto Fazenda Nacional)*
- . *Pasta de Autos com Carga à Fazenda Nacional*
- . *Pasta de Autos remetidos ao MPF*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- . *Pasta de Petições recebidas do Protocolo Judicial*
- . *Pasta de Remessas/Recebimentos – Outras varas*
- . *Pasta de Memorandos*
- . *Pasta de Desarquivamento*
- . *Pasta de Remessa à SEDJE*
- . *Pasta de Remessa à SDD ( \* )*
- . *Pasta de Autos recebidos da SEDJE*
- . *Pasta de Termos de recebimento e responsabilidade de equipamentos*
- . *Pasta de Correios (listas de postagens) ( \*\* )*
- . *Pasta de Requisitórios (Precatórios e RPVs) Expedidos ( \**  
*\*)*
- . *Pasta de Ofícios recebidos ( \*\* )*
- . *Pasta de Cadastro de Peritos e Leiloeiros ( \*\* )*
- . *Pasta de Autos remetidos ao TRF*
- . *Pasta de Autos remetidos ao Arquivo Geral*
- . *Pasta de Correções do Juízo*
- . *Pasta de Estagiários”*

Fonte: Questionário pré-correção .



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

*“As instalações físicas da Vara encontram-se compatíveis com o número de servidores e estagiários que compõem o seu quadro, não havendo, atualmente, eventuais problemas ou dificuldades.*

*A Secretaria da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal utiliza 18 (dezoito) microcomputadores em rede. Há 11 (onze) microcomputadores na Secretaria, 1 (um) no gabinete do Juiz Titular, 4 (quatro) no gabinete do Juiz Substituto, e outros 2 (dois) na sala de apoio ao gabinete. A Secretaria utiliza 3 (três) impressoras laser, havendo mais 1 (uma) laser na sala de apoio ao gabinete.*

*Existe uma sala destinada para o gabinete do Juiz Substituto, mas não há um em exercício nesta Vara.*

*Há uma sala localizada no 3º andar do Bloco B, na Av. Venezuela, 134, destinada ao apoio ao arquivo, onde são guardados os autos das execuções fiscais em fase de suspensão.*

*A Vara conta com suporte da Direção do Foro no que concerne à manutenção e ao suprimento de materiais e equipamentos.”*

Fonte: Questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses): *“(...) manter atenção a acervo de processos identificados como parados há mais de 120 dias, visando a reduzir tanto a quantidade como esse período de processos sem movimentação, bem como focar esforços nos procedimentos pertinentes à análise de pedido de penhora on-line, objetivando atingir o máximo de processos”;*

Metas de médio prazo (6 meses) e Metas de longo prazo (1 ano): *“(...) manutenção e o aprimoramento dos cadastros e controles do acervo processual do estágio já alcançado, que possibilita, por exemplo, a cada semestre ou no começo de cada ano, reativar os processos suspensos com provável prescrição intercorrente para se abrir vista ao Exequente e dele obter esclarecimentos a respeito, ensejando as prolações de sentenças ou o rearquivamento dos autos com a situação atualizada da dívida.”*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777